



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 03-A/2013

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2013
INICIADA ÀS 14 HORAS E 20 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 20 HORAS E 40 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	04
- ORDEM DO DIA.....	16
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	21
- ENCERRAMENTO.....	21

ACTA N.º 03-A/2013

ABERTURA

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e treze, no Auditório Municipal sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 - Orçamento para 2014, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investimento, Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, a actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;
- 2.3 - Nomeação de Júri para Procedimentos Concurrais para Provimento de Cargos Dirigentes;
- 2.4 - Abertura de Concursos de Pessoal;
- 2.5 - Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias;
- 2.6 - Eleição de um Representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Municipal da Educação.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente, Senhores Dr. José Armando Serra dos Reis e Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha, que por motivos imprevistos se ausentou às 18h10 e foi substituída pela Senhora D. Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis). -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Prof. Doutor Manuel José dos Santos Silva, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo, Dr. José Armando Serra dos Reis, Eng.º João Nuno dos Santos Silva Serra Duarte, Victor Manuel Garcia Rebordão, Prof. Doutora Maria da Graça Guilherme d' Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Prof. Doutor João Carlos Ferreira Correia, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Fernando José Gonçalves Casteleira, Prof. Doutor Joel José Puga Coelho Rodrigues, Dr. Marco António Barreiros Gabriel, Prof. Doutor Rui Alberto Lopes Miguel, Dr. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais, Dr. José Paulo Pina Simão, Prof. Doutora Sandra da Costa Henriques Soares, José Augusto Martins Santos, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Luís Filipe da Silva Santos (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Eng.ª Hélia Maria Pereira Afonso (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Kabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Luís Filipe Fabião Pessoa (Unhais da Serra), José Morais Lourenço (Verdelhos), Dr. Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar – Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), António Paulo Pereira Ranito (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), João José de Oliveira Valério (Teixoso e Sarzedo) e João Luís Martins Gomes (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor João Francisco Bernardo Simão (Boidobra). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba, Carlos do Carmo Martins, Prof. Joaquim António Matias, Dr. Nelson António Mendes da Silva, Prof. Doutora Maria Paula Albuquerque Figueiredo Simões, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 02-A/2013
DE 28 DE NOVEMBRO**

--- Submetida a acta, previamente enviada a todos os Membros convocados, à apreciação, foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva que propôs que nas votações fosse mencionado o sentido de voto de cada força política. Aprovada esta alteração, o Senhor Presidente da Mesa colocou a acta à votação, tendo sido *aprovada por unanimidade*. ---

EXPEDIENTE

- Ofício n.º 181 da FENPROF - Federação Nacional dos Professores a remeter carta aberta em defesa da Escola Pública
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a remeter a pergunta formulada pela Senhora Deputada Paula Santos em relação às Assembleias Distritais;
- E-mail do Grupo Parlamentar do PCP a convidar para audição pública.

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “O Partido Socialista entende e entendeu sempre, e pensamos que isto é uma espécie de Lei que acompanha a actividade política, que as primeiras impressões são fundamentais para a constituição de uma identidade. E, nós, estamos hoje perante uma identidade que se está a afirmar pela primeira vez, desde há alguns anos, que é um novo Executivo Municipal, de uma sensibilidade política diferente daquela que, durante largos anos, esteve à frente dos destinos desta Câmara.

Ora, a nossa Declaração Política visa precisamente reforçar o seguinte: A Câmara Municipal da Covilhã demonstrou já, em poucas semanas, sentido de oportunidade na apreciação das dificuldades, produzindo, no entender deste Grupo, trabalhos de relevante interesse Municipal e Público. Cumpriram-se promessas Eleitorais, importantes e emblemáticas, com equidade e realismo. Refiro-me, por exemplo, à redução do IMI e da DERRAMA a qual, todavia conforme sublinhou e bem a Assembleia Municipal no passado dia 28 de Novembro, é uma medida que deve ser monitorizada a fim de poder aprofundada. Aprofundar o seu âmbito conforme foi sublinhado por muitos dos Deputados presentes.

A Câmara evidenciou rapidez e clarividência na preparação de um documento que iremos discutir daqui a pouco, o orçamento, que se pauta pelo rigor, exequibilidade e equidade como mandam, aliás, as regras. Rigor porque traduz a necessidade de contenção; exequibilidade porque não inflaciona previsões de execução; equidade porque vê o Concelho como um todo. E, finalmente, o que nos apraz sublinhar, fortemente descentralizado, contemplando todo o Concelho e afirmando-se como um Orçamento de Freguesias, um orçamento das Freguesias. Revelou a capacidade de decisão em relação a problemas herdados, claro que os problemas herdados dão sempre origem a controvérsia, mas penso que estamos a falar de questões objectivas e consensuais. Questões que era urgente clarificarem-se entre empresas, como fossem os negócios propostos pela ROFF e pela TELEPERFORMANCE, cujas ameaças se revelaram, aliás, infundadas. E essa capacidade de decisão e de clareza, em relação a problemas herdados, revelou-se ainda na forma como a Câmara, a nosso ver bem, decidiu auditar o contrato com a PT, sem nunca por em causa o apoio dado ao DATA CENTER, mas tentando sempre ser solidária à Empresa para aspectos menos positivos da negociação anterior, que podiam ser vistos e dando origem a eventuais contrapartidas que assegurassem a uma relação de reciprocidade. Procedeu à renúncia de contratos de arrendamento que se afiguravam pouco aconselháveis, em termos de rigor e em termos de boa gestão dos negócios públicos. Lembramo-nos, por exemplo, da renúncia do contrato de arrendamento que permitiu que o Espaço das Idades venha a passar para as lojas do piso -2 do Sporting. Esta iniciativa, por exemplo, sintetiza o espírito solidário, boa gestão e eficácia rigorosa. Correspondendo, ainda, a uma tentativa concreta para dinamização e recuperação do Centro Histórico da Cidade. Procurou uma solução equilibrada para uma negociação difícil, que era a Direcção da Comunidade Intermunicipal, uma perspectiva que salvaguardou a coesão e solidariedade regionais. Revelaram-se ineficazes os profetas da desgraça que vislumbravam nestes e noutros dossiers, de forma mais ou menos anónima ou de uma forma mais ou menos explicita, problemas que afinal nunca se concretizaram.

Temos fundadas esperanças que, com esta Câmara, o Concelho vai conhecer uma dinâmica que supere o marasmo do anterior Executivo, num cenário macro económico e financeiro, que é o que todos conhecemos, num contexto político resultante da ausência de uma maioria absoluta. O PS saúda a pro-actividade e o espírito de serviço que até agora manifesta. Continue, Senhor Presidente!

Depois desta declaração eu gostaria de ainda proceder à apresentação de uma proposta, que tem a ver com um problema, que foi muito focado na campanha eleitoral e que suponho ser uma preocupação de todos os agentes municipais, a dinamização do Pelourinho e do Centro Cívico continua a ser uma proposta envolvente, comum a todos os Partidos Políticos. Um aspecto que foi insistentemente apresentado, uma metáfora que foi insistentemente apresentada, no decurso da campanha eleitoral, foi a de que não devíamos apostar numa Cidade de risco ao meio, uma Cidade urbanística relativamente nova e outra degradada em torno do Centro Histórico, degradada ou em vias de degradação, sensivelmente separadas pela Marquês d' Ávila e Bolama. O PS considera que esta pode ser uma prioridade realista, exequível mesmo numa lógica de contenção. Tendo em conta a necessidade de concretizar esse desiderato, o Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal que recomende à Câmara levar a efeito, com celeridade, as seguintes medidas:

Fazer um levantamento do Património do Pelourinho e zona envolvente considerando, naturalmente, a zona histórica;

Estudar a viabilidade e sopesar os custos e benefícios da eventual transferência de serviços que se encontram dispersos pela Cidade considerando critérios de rigor, transparência na aplicação dos dinheiros públicos e articulando estes princípios com a necessidade de conferir dinamismo e vivacidade no Centro Histórico;

Estudar a viabilidade do lançamento de um programa que vise a criação de pequenos negócios em áreas tradicionais, entregando a gestão desses espaços a habitantes arrendatários em casas recuperadas.

Finalmente, sensibilizar as empresas com forte capacidade de investigação e desenvolvimento e que tenham especialização tecnológica, que estejam já instaladas no nosso território, para expandirem a rede wireless, para dar apoio a algumas dessas zonas. Atrevo-me a sugerir que, eventualmente, o novo clima de negociação mais paritário com a PT, por exemplo, possa desbloquear a eventual implementação desta última medida que referi". -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais fez uma Declaração Política (*doc.01*). -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva fez uma Declaração Política (*doc.02*) e apresentou uma Moção "Comemorações do 25 de Abril" (*doc.03*). -----

--- O Senhor Francisco Moreira fez uma Declaração Política (*doc.04*). -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão apresentou uma Proposta de Recomendação para a Criação do Provedor do Município (*doc.05*). -----

--- A Senhora Dra. Mónica Ramôa apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal sobre a Agricultura Familiar (*doc.06*). -----

--- O Senhor Prof. Doutor Rui Miguel apresentou uma Recomendação à Câmara Municipal sobre a Indústria Têxtil (*doc.07*). -----

--- O Senhor Pedro Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho): “Porque aqui é a casa da democracia, é aqui que devemos dizer o que pensamos, às claras. E, aqui, exercem-se os direitos e eu tenho um direito que é um direito de louvor e vou exercê-lo. No exercício desta Câmara, de dois meses, sente-se um clima de maior liberdade, sente-se um clima mais primaveril, menos cinzento, uma melhor relação entre o Eleito e o Eleitor. Mas, porque aqui também é a casa da democracia, é aqui que se deve dizer o que se pensa. Eu também tenho o direito à indignação e não aceito ser tratado, por ninguém, de forma agressiva e ameaçadora, seja ele vereador, ou presidente da república. Porque eu não trato ninguém assim e eu fui maltratado. E, nesta indignação, venho fundamentalmente responder à pergunta que me foi feita em tom grave: Quem julgas tu que és? E aqui respondo eu perante vocês: Eu sou um homem de bem! Eu sou um homem de Bem!

Sou um defensor acérrimo do Partido Socialista e desta Câmara, que o Povo escolheu, mas que fique aqui claro, que fique aqui muito claro, que eu não sou um subordinado! Sou um cooperador com esta Câmara! Aceito conselhos, mas não aceito berros, nem maus tratos! E, esta minha liberdade de expressão, que hoje aqui uso, não deverá ter consequências no futuro, como no passado que tanto criticámos. Porque, no passado esta liberdade de expressão tinha consequências.

Estive doze anos, nesta casa, a lutar pela democracia e pela condição de vida dos Covilhanenses. Sempre fui fiel a princípios e ao Partido Socialista que apoio. Contínuo, hoje, nesse exercício, fiel a princípios e ao Partido Socialista que apoio. Mas hoje, eu aqui nesta Assembleia, não sou eu. Hoje está nesta Assembleia o Povo que me elegeu e aqui lhes repito que lutarei por eles. E, quanto melhor for o trabalho das Juntas e quanto melhor for o trabalho deste Executivo Camarário mais feliz será esse Povo e todos os Povos que formam a Covilhã. Fica aqui o meu reparo que, a bem da minha dignidade, não poderia deixar de o ter. E, reitero o bom exercício desta Câmara, que apoio, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara.

Eu estarei cá sempre! Eu estarei aqui!

E, porque julgo que hoje, à partida e para já, nada mais tenho a dizer, digo-lhes que vos desejo, ao Executivo, aos Vereadores, à Câmara, à Mesa da Assembleia, aos Senhores Deputados, aos Jornalistas e aos presentes, um Feliz Natal e espero que tenham esperança em 2014 e que seja um ano melhor! Um abraço a todos.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Eu queria sugerir à Mesa, atendendo a que a pessoa m causa foi uma lutadora pela Liberdade, uma participante combativa e leal ao longo de mais... aliás, de todo o período da Democracia, refiro apenas a título de exemplo, desde a Assembleia Constituinte, de que fez parte, e durante os muitos e longos anos que participou nesta Assembleia Municipal. Deveria esta Assembleia e o Senhor Presidente propor um Voto de Louvor à D. Isilda Barata que durante muitos anos e pelo excelente trabalho que desenvolveu nesta casa ao longo de muitos anos. Já agora com as melhoras, em termos de saúde, pelos problemas que a afectam”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Dr. João Bernardo de que o Voto de Louvor já foi redigido e irá ser colocado à votação (*doc.08*). -----

--- De seguida, o Senhor Dr. João Bernardo fez uma Declaração Política (*doc.09*). -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão usou da palavra em defesa da honra e disse: “Senhor Deputado, no PS não há filhos pródigos. No Partido Socialista há só filhos legítimos, não há filhos ilegítimos, nem filhos enteados. Portanto, não vale a pena vir com esse tipo de abordagem porque aqui no PS tudo é transparente, todos nós sabem com o que contamos, todos nós sabemos as contas por que nos calculamos. Portanto, no PS não há, que fique bem claro esta realidade, não há filhos pródigos. Que eu saiba o Senhor Vereador é uma pessoa independente não tem filiação partidária, que eu saiba. Portanto, não há aqui filhos pródigos e também não há enteados, percebe? Não há enteados, como noutros Partidos.” -----

--- O Senhor Prof. Joel Rodrigues apresentou uma Recomendação pela dinamização e atracção de mais investimento empresarial (*doc.10*). -----

--- A Senhora Dra. Graça Castelo Branco fez uma Declaração Política (*doc.11*). -----

--- O Senhor Francisco Moreira: “Um pedido de esclarecimento ao nosso Colega, Companheiro de muitos anos, Pedro Leitão. Um Colega que demonstrou, neste Órgão, ao longo de muitos anos, um carácter extraordinário, batalhador, um Homem de causas, sempre frontal, sempre determinado na defesa das suas s mesmo em situações muito desfavoráveis e preocupou-me o conteúdo da intervenção que produziu neste Órgão. E, o pedido que eu queria fazer ia no sentido de ele poder esclarecer-nos a todos. Trabalhámos juntos durante tantos anos, de facto o que é que passa, com este nosso Companheiro?” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “O grupo Parlamentar do PS gostaria de apresentar à Mesa uma proposta para votação de um Voto de Pesar pela morte do Senhor Nelson Mandela, figura impar da nossa contemporaneidade, ilustre polít que fica para a história e que poderá servir, para todos nós, de exemplo e de guia e farol nas nossas actuações, quer pessoais, quer políticas. Portanto, o Grupo Parlamentar do PS quer deixar na Mesa esse pedido, essa Proposta de Voto de Pesar”. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais solicitou esclarecimentos: “O Senhor Dr. Pina Simão veio aqui afirmar que necessitávamos de um Provedor do Município face, àquilo que no passado acontecia, da existência (desculpe a expressão) do bicho papão e do medo que impedia que os Cidadãos pudessem exprimir livremente o seu pensamento e a sua vontade.

O Senhor vem aqui, à Assembleia, com uma Proposta na qual propõe que apenas 3 representantes dos Membros da Assembleia estejam nela stituída. Sendo a Assembleia constituída por 4 Grupos Parlamentares, há nitidamente, a exclusão de um deles. A questão que coloco é se o próprio PS se está a auto-excluir, desta Comissão, ou se vê alguma outra situação neste ponto? Era só isto que lhe queria perguntar.

É que assim não há, de facto, a equidade e não há, também, a igualdade e a transparência”. -----

--- O Senhor Pedro Leitão: “Tratando-se de uma Intervenção Política é da minha responsabilidade o conteúdo, e a extensão da explicação e do esclarecimento do mesmo. Portanto, era a intervenção que eu queria fazer! É só esta que eu quero fazer! Não se trata, aqui, de um acto acusatório, mas trata-se de uma defesa da minha dignidade, de maneira a que para memória futura isto não se processe. Porque eu quero fazer um exercício em prol do Povo para que fui eleito, mas não admito ser condicionado nesse exercício. Portanto, nada mais tenho a dizer, nem aqui, nem aos Jornalistas. É a declaração que se me aprova, pela dignidade que eu tinha que repor a mim próprio”. -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões que lhe foram colocadas:

- A Barragem é um projecto que nos preocupa. Estamos a fazer tudo para que este projecto se concretize. Temos dificuldades de natureza jurídica, foram ultrapassadas algumas etapas. Havia vários condicionalismos, designadamente por parte do Tribunal de Contas, foram todos eles praticamente ultrapassados, o Visto foi proferido. A verdade é que, nesta recta final, fomos confrontados com mais uma providência cautelar, por parte dos herdeiros dos terrenos onde a Barragem está projectada. Estamos na fase de oposição a essa providência cautelar.

Contactei, pessoalmente, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local, ele estava imbuído do mesmo espírito de que é fundamental, é necessário, que ele profira um despacho de resolução, fundamentando a necessidade e o interesse público deste empreendimento.

O prazo está a correr, esperamos que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco profira uma decisão a contento daquilo que é o nosso ensejo, que é o nosso desejo, que é a concretização deste empreendimento;

- Não há nenhuma coligação, com nenhuma força política, em nenhum Senhor Vereador da Oposição. Não estejam preocupados com as políticas de coligação, porque não existem. Neste momento, a melhor coligação que nós podemos ter é o diálogo interpartidário e que temos feito e eu tenho-o feito com o Movimento Acreditar Covilhã, com o Partido Social-Democrata, com a CDU, temos dialogado.

Interpretar uma posição, que eu considero responsável, de um Vereador e Cidadão que, ao longo dos anos, tem mostrado um elevado sentido de responsabilidade de colocar os interesses da Covilhã, da governabilidade da Covilhã, futuro da Covilhã e no contexto económico político e financeiro que nós vivemos, acima das questões estritamente políticas que o envolvem, eu entendo que é de enaltecer. Portanto, sublinhar, essa ideia não é despiciendo. E, qualquer leitura que seja feita em torno dessa posição, ao facto da colaboradora Eng.^a Anabela ter sido nomeada por mim, dizer que ninguém tem culpa, neste caso concreto, a Senhora Colaboradora, distinta colaboradora da Câmara Municipal, não tem culpa de ser casada com quem é e de coincidir o facto de ser casada com um Senhor que é Vereador da Câmara Municipal da Covilhã, não tem nenhuma *capitis deminutio*, por isso não deve ser penalizada por esse facto.

Sendo certo, há testemunhos claros, desde o início da nossa governação, que faz hoje sessenta dias, que havia a firme intenção, a firme decisão de compensar o mérito de quem tem capacidade, de quem tem talento, de quem tem qualidade, de quem está à altura do cargo para que foi, efectivamente, nomeada e quanto a isso poderão fazer as leituras maldosas que entenderem, mas a verdade é que esta é a realidade dos factos.

Eu é que posso fazer outra leitura e posso regressar ao passado e posso lembrar que no passado, quando a mesma Senhora (que também não tem culpa de ser casada com quem era, que é a mesma pessoa, na altura líder da oposição da Bancada do PS nesta Assembleia Municipal), foi emprateirada, foi discriminada. Vejam lá, por ser casada com o Líder da Oposição. E, portanto, quanto a isso acho que estamos conversados. Isto diz bem da realidade que nós aqui podemos tratar a esse propósito;

- A Comunidade Intermunicipal está imbuída de um espírito de cooperação, de solidariedade, de coesão, de espírito de grupo, porque soubemos, tivemos a grandeza de espírito e a grandeza de alma de, cada um de nós, renunciando um pouco a um certo e pequenino reduto, cooperar. Soubemos cooperar, soubemos ser transversais, soubemos abranger todo o território da Comunidade Intermunicipal.

Lamento dizê-lo, é uma nota negativa que dou ao Senhor Deputado João Bernardo, lamento que tenha uma visão, que eu caracterizo com três adjectivos, pequenina, redutora e egoísta, do que acha que deve ser uma Comunidade Intermunicipal.

Devemos cooperar, devemos trabalhar em conjunto, devemos repartir as nossas responsabilidades ou, regressando ao passado, ficamos osamente sós numa ilha? A Câmara da Covilhã, o Concelho da Covilhã, lamentavelmente, nos últimos 20 anos tem estado numa ilha!

A Covilhã, tem estado orgulhosamente só, ao longo dos anos, e em conflito com tudo o que são Instituições, os nossos vizinhos, os nossos parceiros, a Universidade, enfim, com toda a gente.

Acham que é preferível estarmos orgulhosamente sós, em conflito, em permanente guerrilha, só porque a nossa cadeira não é a cadeira que tem o maior espaldar? Isso não é o mais importante, Senhor Deputado! O mais importante é nós sabermos verdadeiramente cooperar, semos solidários!

O objectivo da Comunidade, o grande o objectivo, o superior objectivo da Comunidade Intermunicipal é gerar riqueza, é desenvolver a Região, é promover a coesão territorial, a coesão social, a sustentabilidade desta Região!

E, isso só será atingido no dia em que estivermos todos a rumar para o mesmo lado e, devo dizer-lhe, para seu esclarecimento, que se a família Socialista, dos dois Distritos que envolvem a Comunidade Intermunicipal, quisesse tinha a Sede, tinha a Presidência, tinha as Vice-Presidências, tinha tudo. Mas no dia seguinte tínhamos, não uma Comunidade, mas uma série de pólos em conflito, na Serra da Estrela, na Raia e aqui na Cova da Beira. Não é preferível que estejamos todos, em unísono, movidos pelo mesmo interesse, que é o desenvolvimento da Região, todos irmanados do mesmo espírito?

Respeito muito, sempre, as opiniões contrárias, posso criticá-las, mas não as diabolizo, nem as apupo. Mas a minha livre opinião é de que se logrou atingir um acordo que é importante não só para o Concelho da Covilhã, mas para a Região e para a Cova da Beira.

O Mandato da Comunidade Intermunicipal, coincide com o Mandato Autárquico, não vai para além do Mandato Autárquico. Todas as decisões, de eleição dos Presidentes, dos Vice-Presidentes, do Secretariado Executivo e da localização da Sede, são válidas só e apenas por quatro anos.

Quem quiser intoxicar a opinião pública, vejam lá que Sede foi para a Guarda, que desgraça tão grande, agora ficamos sem a Sede, isto é impensável! Convenhamos que, quem assim pensa, que me perdoem a expressão, está a pensar pequenino e está a pensar de forma egoísta.

A Sede tem a importância que tem, é a sede do Poder, é simbólica. Uns têm a sede e os outros presidem. A Cova da Beira vai ter a presidência e a Zona da Guarda, Serra da Estrela e a Raia vão ter a respectiva Sede.

Também há quem ande a intoxicar a opinião pública dizendo que vai ser contratado um batalhão de funcionários que hão-de ser da Guarda, ou da Região da Guarda e nós aqui ficamos sem funcionários. A Comunidade Intermunicipal em um quadro próprio, obviamente que poderá haver uma, duas, três contratações, não são despidiendas, sou daqueles que pensa que qualquer posto de trabalho é importante. Mas, contrariamente àquilo que se diz, a Comunidade Intermunicipal tem um reduzido quadro de funcionários. Portanto, ninguém ande também por aí preocupado. Aliás, também devo dizer, de uma forma desprezada que não me repugna, absolutamente nada, que um, ou dois, ou três funcionários administrativos, que sejam necessários para o normal funcionamento da CIM, sejam provenientes da Guarda. Aliás, é olhar para o nosso umbigo querer tudo para nós e nada querer para os outros.

Entendi que prestava melhor serviço à Covilhã, à Cova da Beira, à Região e à própria Comunidade Intermunicipal, estando na primeira fase que é, no meu entendimento, uma fase decisiva, é a parte em que se reparte o bolo. A segunda fase não é menos importante, é uma fase de implementação e da forma como depois o bolo será distribuído pelos Municípios e pela Região. Estamos todos imbuídos de um espírito de grande coesão. Estava longe de pensar que conseguíssemos, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, atingir um grau de coesão como aquele atingimos, independentemente das duas forças partidárias dominantes que são o PS e o PSD. De facto, lográmos este entendimento que é histórico e é exemplar a nível Nacional, este esquema de rotatividade, é inovador e de alguma forma vem criar um precedente para ultrapassar algumas dificuldades;

- A União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto - chegou a um consenso e conseguiram instalar a Junta, adoptando o sistema de rotatividade. Desejo que a Junta de Freguesia do Tortosendo consiga chegar, também, a consenso;

- Queria aqui louvar o facto do Senhor Deputado João Bernardo ter trazido à colação o voto de louvor relativo à Senhora D. Isilda Barata que é uma Mulher e as Mulheres têm, ao longo dos anos, no Concelho da Covilhã, na vida política há pouca intervenção feminina, como muito bem frisava, há poucos dias, a Senhora Deputada Mónica. A Senhora D. Isilda foi sempre uma mulher combativa, defendeu sempre os seus ideais numa forma muito convicta, alguém que enriqueceu sempre o debate e o diálogo democrático neste fórum, nesta grande casa da democracia da Covilhã, que é a Assembleia Municipal. E, portanto, associar-me a este voto de louvor à Senhora D. Isilda Barata e que ela tenha rápidas e prontas melhoras, é o que todos nós lhe desejamos;

- Saúdo a intervenção do Senhor Deputado Joel Rodrigues pela boa visão que nos trás sobre as questões que levantou;

- Saliento e agradeço a intervenção da Senhora Deputada Graça Castelo Branco, a reorganização do ensino superior é algo que nos preocupa e que acompanhamos atentamente. Tenho estado em estreito contacto com o Senhor Reitor da Universidade da Beira Interior. Temos uma boa perspectiva para o futuro de criação de sinergias de cooperação entre estas duas importantes Instituições que, são a Câmara e a Universidade, devem estar de mãos dadas, devem cooperar;

- Saudar e agradecer o apoio aqui manifestado pelo Senhor Deputado Pedro Leitão. Agradeço a gentileza do apoio que me tributa, eu sei que é incondicional e sincero. Aliás, outra coisa não esperava do meu amigo Pedro Leitão;

- O Provedor do Município é uma figura fundamental queremos que ela seja implementada, que apareça, surja e que funcione. É para mim uma questão de princípio que o Provedor do Município tenha o consenso da Assembleia Municipal;

- Relativamente à herança cultural no sector têxtil, do design e da moda, Senhor Deputado Rui Miguel, as propostas que aqui deixou merecem a nossa melhor atenção, tomei boa nota delas, iremos tudo fazer para que as levemos a bom porto;

- A agricultura vai merecer da nossa parte, uma atenção especial, disse-o em campanha eleitoral e reafirmo-o aqui, a agricultura não pode continuar a ser um parente pobre da nossa actividade Municipal.

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “Não na defesa da honra, que não está em causa, mas da consideração e também um pedido de esclarecimento, do Senhor Presidente da Câmara, relativamente às questões que lhe coloquei que não foram respondidas concretamente e volto a repeti-las: quais é que são as vantagens e benefícios, que a situação da CIM trará à Covilhã, em concreto? Se tem alguma, não conseguiu dizê-la. Segundo, relativamente à questão das nomeações, referi na minha intervenção que era para esclarecimento público, relativamente às suas competências e às competências delegadas, não respondeu à segunda questão. Quais é que são as razões, concretas e técnicas, que levaram à vacatura do lugar que foi preenchido pela Senhora em causa? Relativamente à consideração admito que, alguns amigos e familiares ficarão satisfeitos pela pequenez com que os atribuiu, designadamente em termos de compleição física. Mas, fiquei verdadeiramente preocupado com a pequenez que revelou, com a curteza de horizontes que revelou, relativamente à questão da CIM e à questão das competências. Porque, não se trata aqui de cadeiras, nem de lugares.

O Senhor está na CIM, em representação do Município da Covilhã. Portanto, a Covilhã tem que entrar com toda a coesão, com toda a solidariedade que lhe reconheço. E, que lhe reconheço, a capacidade negocial de estar e de conseguir os consensos que, eventualmente, tenha conseguido. O que se não consegue aceitar é, de facto, a pequenez da Covilhã perder aquilo que é, efectivamente, a direcção ou, pelo menos, o poder na determinação de alguns aspectos essenciais da CIM. E nessas vantagens, de facto, não consegui perceber, da sua intervenção, que acontecesse”.

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “o Senhor Deputado não quer mesmo perceber as minhas explicações. Eu compreendo, sei que não é confortável, não lhe agradam as respostas.

As vantagens são mais que muitas. E, lançando mão de um velho princípio de negociação, que se pratica muito na advocacia, quando há um acordo tem que haver cedências. Um acordo só é bom se houver cedências, se as não houver não é acordo, é uma imposição unilateral. E, se nós estamos todos sentados à mesma mesa, se queremos negociar, se queremos cooperar, se queremos trabalhar em conjunto, temos que fazer acordo se não é uma ditadura.

A primeira vantagem, Senhor Deputado, é que nós conseguimos convencer os nossos Colegas, os nossos Parceiros da Comunidade Intermunicipal da bondade das nossas ideias”.

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou: “Tentando dar, na medida do possível, a voz a todos os que pediram, estamos a deixar derrapar o tempo previsto para o Período de Antes da Ordem do Dia e deveremos passar para encerrar este período, à votação do que nos foi chegando”.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, para dar suporte ao Voto de Louvor, foi redigido pela Mesa um pequeno texto: “O exercício da cidadania demonstrado pela Deputada Isilda Barata, ao longo dos tempos, merece de todos nós um respeito imenso que nos leva a reflectir sobre o que realmente enobrece Instituições como esta. De facto, ela tem sido um exemplo de saber fazer, norteado pelas suas convicções e fortalece sem sombra de dúvida a Democracia. Pedimos assim um Voto de Louvor e um rápido restabelecimento para a Senhora D. Isilda Barata”. -----

--- Colocado o *Voto de Louvor* à votação foi o mesmo *aprovado por unanimidade*. -----

--- Colocado o *Voto de Pesar pelo falecimento de Nelson Mandela* à votação foi o mesmo *aprovado por unanimidade*. -----

--- Colocada a *Moção “Comemorações Populares do 40.º Aniversário da Revolução de Abril em todo o Concelho”* à votação foi a mesma *aprovada por unanimidade*. -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados pelo Senhor Dr. Paulo Tourais dizendo: “A figura do Provedor é uma figura que nasceu na Suécia, no século IXX. E, nasceu com o intuito de dar a quem não tem voz. Desse ponto de vista é das figuras, se não a mais importante, é das figuras mais importantes do exercício da Democracia. Não estava no nosso espírito criar, de alguma forma, a participação de todos os Membros da Assembleia Municipal.

Pondo em prática esse exercício democrático, nós estamos a encontrar uma solução que seja o mais abrangente possível e o mais harmoniosa possível, quer seja aumentando o número de elementos da Comissão, quer seja retirando de lá o tal representante da Ordem dos Advogados, quer seja arranjar um sistema que de votação dos elementos que a hão-de compor. Estamos abertos a todas as sugestões.” ----

--- O Senhor Prof. Reis Silva: Nós consideramos que a figura do Provedor, aliás como o Dr. Pina acabou de referir, que o Provedor aparece ou apareceu para dar voz a quem não tem voz. Penso que nas Autarquias Locais, quer no âmbito dos Executivos, quer no âmbito dos Deliberativos, existem espaços onde todo e qualquer Cidadão tem a possibilidade de ter voz, tem a possibilidade de intervir, de pedir esclarecimento tem a possibilidade de apresentar nos próprios Órgãos e nos que têm a responsabilidade de fiscalização, que é o nosso caso na Assembleia Municipal.

Eu entenderia esse tipo de figura nos Mandatos anteriores onde, de facto, a transparência e a equidade esteve ausente na actividade Municipal. Neste momento, a questão que eu coloco é se existe essa falta de transparência, se existe falta de equidade para que seja necessário estarmos a criar um Provedor? Eu penso que, as figuras devem ser criadas, também, de acordo com as necessidades, existindo a necessidade anteriormente, neste momento ainda não vejo a existência dessa necessidade.

A nossa posição de fundo é um pouco esta: nas Autarquias o Cidadão tem espaços próprios para intervir e existem Órgãos específicos de fiscalização da actividade, mas também não vemos que venha mal ao Mundo a criação de m s uma figura onde o Cidadão pode recorrer. Não vamos nomear um Provedor que seja da mesma família política de quem está no poder, caso contrário a sua figura terá muito pouca eficácia na sua acção.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Fico, extraordinariamente, surpreendido com a intervenção do Representante do Partido Comunista. Porque, parece que só em ditadura é que poderíamos ter figuras que aprofundassem a Democracia. Ora, isto é absolutamente inaudível. Quando os Países Social-Democratas criaram a figura do ouvidor, ou a figura do Provedor, foi porque sabem que o poder deve criar mecanismos de auto-limitação. Os mecanismos de auto-limitação são criados, precisamente, pelos poderes democráticos e nunca em ditadura, como é óbvio. Não faz sentido dizer que esta Câmara não necessita de um Provedor, porque é transparente. É porque é transparente, é porque quer ser transparente, é que é importante reforçar os mecanismos democráticos de aprofundamento da democracia, como seja o Provedor, como seja o próprio orçamento deliberativo e muitos outros”. -----

--- O Senhor Dr. Paulo Tourais: “Face à explicação, do Senhor Deputado Pina Simão, não vemos nada em contrário, relativamente a esta Proposta, desde que conste um representante de cada força representada aqui na Assem ia.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão concordou com a alteração proposta pelo Movimento Acreditar. -----

--- Colocada a Proposta de Recomendação (com as alterações introduzidas) de *Criação do Provedor do Município* à votação foi a mesma *aprovada por maioria, com 42 votos a favor (PS, ACREDITAR e PSD) e 3 abstenções (CDU)*. -----

--- Colocada a Proposta de Recomendação *Dinamização do Pelourinho e do Centro Histórico* à votação foi a mesma *aprovada por unanimidade*. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: “O Grupo de Cidadãos faz uma Proposta de Recomendação para a constituição de uma Comissão de acompanhamento das nomeações feitas pela Câmara Municipal. A Câmara Municipal propõe um Júri e vem aqui à aprovação da Assembleia. De modo que, não faz sentido estarmos a criar uma Comissão quando todas estas questões vêm para deliberação da própria Assembleia.” -----

--- O Senhor Dr. João Bernardo: “A Proposta não é no sentido das nomeações por procedimentos concursais. A Proposta, em concreto, tem a ver com as nomeações, no âmbito das competências próprias do Presidente da Câmara, em regime de substituição, são coisas diferentes. Os regimes concursais têm o procedimento próprio, obviamente respeita-se com toda a seriedade e a transparência da constituição do Júri. Estamos a falar é nas outras nomeações de chefias que não estão sujeitas a regime concursal.

Relativamente à questão das competências, cabe a esta Assembleia ter a capacidade de fiscalização da actividade da Câmara e do Senhor Presidente. Portanto, se ele tem estas competências (de nomear cargos por nomeação e em regime de substitui sem ser regime concursal) a proposta, em nome da transparência, é de que se crie uma Comissão que tenha acesso a essas razões técnicas.” -----

--- O Senhor Dr. Pina Simão: “A Assembleia Municipal tem como primordial função a fiscalização do exercício do poder por parte do Órgão Estaremos nós aqui a duplicar organizações de Entidades, desnecessariamente. Porque, se há alguma dúvida, relativamente a alguma questão que tenha a ver com nomeações, essa dúvida tem que ser trazida à Assembleia, não pode ficar no âmbito de uma hipotética Comissão. Para que é que servirá essa Comissão? Só se for para fazer o transporte da dúvida para a Assembleia.” -----

--- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Eu preferia que, o nosso colega Dr. Bernardo, concretizasse quais as suspeitas que eventualmente tem. Uma Comissão ou vai duplicar esforços ou é uma Comissão de Inquérito, se é uma Comissão de Inquérito tem que ser fundamentada com qualquer coisa de estranho que exista, por parte de alguma eventual nomeação. Ora, as nomeações políticas, são da competência exclusiva do Senhor Presidente, não são propriamente uma novidade no panorama democrático e a não ser que exista uma suspeita forte, que queira aqui fundamentar, de violação de algum princípio legal, não vejo quais são os motivos para se criar uma Comissão que vai inquirir actos normais”. -----

--- O Senhor Francisco Moreira: “Nós queremos-nos pronunciar relativamente a esta matéria, porque entendemos que é tempo de aligeirar sistemas burocráticos. A modernização administrativa criou um sistema, já preocupado com esta questão. Esta questão de criação de Comissões, em nossa opinião, vem contrariar este objectivo. Por outro, os Órgãos têm competências, é competência do Senhor Presidente da Câmara esta matéria. Este Órgão, a Assembleia Municipal, tem competência, como foi dito pelo Dr. Pina Simão e bem, fiscalizar os actos do Executivo. Portanto, é sempre tempo, também, de este Órgão trazer à coação uma ou outra questão que, do nosso ponto de vista, não se coadune com a Lei ou com aquilo que nós pensamos. Não faz sentido esta Proposta!” -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal: “O Senhor Francisco Moreira acaba de colocar com toda a clareza a questão no sítio, é exactamente isso que acabou de dizer. Aliás, a proposta de constituição de Júri dos procedimentos dos dirigentes é, à luz do diploma do estatuto do pessoal dirigente, da competência exclusiva da Câmara Municipal, neste caso do Presidente e de quem com ele partilha esta competência.” -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Mesa idiu retirar a Proposta, por a mesma não respeitar o princípio de independência dos Órgãos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente a informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, que faz parte integrante da presente acta, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

- O Senhor Prof. Doutor João Correia: “Nós temos assistido, apenas para contextualizar, a algumas questões, que têm vindo a ser colocadas pela opinião pública, sobre as relações entre a Autarquia e as Empresas, que eventualmente podiam ter posto em causa contratos anteriormente assumidos pelo Executivo. Falou-se da auditoria de grandes contratos, como foi possível de verificar pela própria Comunicação Social, houve o questionamento de algumas dessas auditorias e, houve, alguma polémica em torno de um investimento de maior dimensão. Refiro-me, concretamente, ao Data Center e às relações entre a Câmara e a PT que, alegadamente, teriam sido objecto de alguma erosão, devido à intervenção, alegadamente, pouco sensível ou menos sensível por parte da Câmara Municipal da Covilhã. Obviamente que esta é uma preocupação que se estende a todos os Covilhanenses e eu gostava que o Senhor Presidente da Câmara referisse.” -----

- O Senhor Francisco Moreira colocou as seguintes questões: Qual o ponto da situação sobre a verba devida ao Maestro Luís Cipriano; o que levou o Executivo a recrutar serviços externos de Animação para o almoço de Natal; qual o ponto da situação quanto à redução do custo da água e qual o ponto da situação da PT DATA CENTER, no quadro das cedências feitas em sede de acordo. -----

- O Senhor Dr. Pina Simão; “Gostava que nos falasse sobre a Comunidade Intermunicipal, já falou, já começou por dizer algumas coisas, mas gostava também de lançar alguns reptos mais concretos. Importa dizer-nos, lembrar-nos, qual é o fito, o objectivo, da existência, da criação, destas Comunidades. Porque é que elas existem? Porque é que o legislador quis que elas existissem? Deve haver alguma razão útil, da existência delas. Qual é o ponto da situação do processo negocial, na medida em que estamos a falar de, pelo menos, três Entidades importantes: o Conselho da CIM; a Assembleia Intermunicipal e o Secretariado Executivo.

Já sabemos de algumas coisas, mas pelo que parece, ainda, está em curso a negociação relativamente ao Secretariado Executivo e gostava, também, que V. Exa. se pronunciasse, de alguma forma, sobre essa questão. E, por último, gostava de ouvir alguma coisa sobre o posicionamento estratégico do Concelho da Covilhã, no âmbito da própria CIM. Geograficamente é o que é, estamos numa das pontas da CIM.

Gostava de o ouvir dissertar, alguma coisa, sobre qual é a estratégia da Câmara, no sentido de colocar, de alguma forma, a Covilhã no centro crítico desta Comunidade Intermunicipal.” -----

- O senhor Prof. Reis Silva colocou várias questões (*doc.12*). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou/ respondeu às questões que lhe foram colocadas:

-Tentou-se fazer passar a ideia que este Executivo seria pouco sensível às empresas que laboram, que trabalham, que empreendem no Concelho da Covilhã. Eu rejeito e enjeito esse tipo de crítica, acho que é infundada, acho que é injustificada.

Temos trabalhado afincadamente, porque estamos firmemente decididos a atrair investimento, fixar investimento. E isso, obviamente, passa por tratar bem as empresas e, tratar bem as empresas é conceder-lhes facilidades, para que possam fixar-se, para que possam expandir as suas áreas de negócio, a sua actividade.

O DATA CENTER já fez e há-de fazer correr rios de tinta, no nosso Concelho e na nossa Região. Fala-se por tudo e por nada no DATA CENTER.

Tive oportunidade, conjuntamente com o Senhor Vice-Presidente, de receber parte da Administração da PT, vieram apresentar cumprimentos e eu aproveitei para conversar de uma forma muito aberta, muito leal e muito de olhos nos olhos. Foi uma conversa dura, foi uma conversa bem intensa, bem contundente e a contundência tem a ver com a objectividade das coisas. Por um lado fiz um retrato que, os Senhores Administradores da PT, não tinham da Covilhã. Os Senhores Administradores da PT pensavam que a Covilhã vivia no melhore dos Mundos, que já tínhamos fechado o ciclo das infra-estruturas, enfim, que vivíamos no Céu com os Anjos e com os Arcanjos e que não tínhamos dificuldades, que não tínhamos problemas.

A PT é um importante investimento para o Concelho, para a Região, para o País e até para a Europa. É um grande investimento, é um investimento reprodutor. A montante e a jusante, deste investimento, vão surgir empresas, actividades e vão criar-se postos de trabalho. É verdade que agora só temos 30 e poucos são da Covilhã, também, fiz notar isso aos Senhores Administradores.

A questão financeira, de alguma forma, os Senhores Administradores já a conheciam, porque ela é pública, é notória e tanto mais que são pessoas da área da economia e da gestão e das finanças que têm sempre uma certa propensão para aguçar a curiosidade de irem ver em que estado está esse seu parceiro. Portanto, escusei-me a tecer considerações a esse propósito.

Transmiti aos Senhores Administradores da PT que este contrato era leonino, desproporcionado e injustificado nos moldes em que foi feito. O Senhor Administrador reconheceu que é leonino, mas disse que lhes foram dadas as oportunidades, concedidas as facilidades e que eles as aproveitaram.

A reunião terminou bem e ficou sedimentada a ideia, entre ambas as partes, de que estamos imbuídos do mesmo espírito de cooperar e de que a PT vai continuar;

- O Maestro foi, hoje, ressarcido daquilo a que tinha direito;
- Almoço do idoso no futuro será realizado com a prata da casa;
- É minha intenção reduzir, antes da Primavera, a factura do custo de água;
- Estamos a auditar os contratos mais importantes celebrados entre o Município da Covilhã e importantes Empresas, designadamente o do Parque C, o contrato de alienação dos 49% do capital social da ADC, o contrato da PT e outros que reputamos importantes;
- O Secretariado Intermunicipal vai ser eleito na próxima 2.ª feira;

- Habitação Social está completamente degradada, temos em preparação uma intervenção de fundo;
- Quanto à Sede da Associação Portuguesa de Deficientes estão a ser encetadas todas as diligências para ser feita uma intervenção. -----

2.2 - ORÇAMENTO PARA 2014, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, MAPAS DE PESSOAL, ACTUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS, COMPENSAÇÕES E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO, E AUTORIZAÇÃO PREVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de Dezembro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto nas alíneas a) e o), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com as alíneas c) e ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5532 de 2013.12.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes: o Senhor Eng.º Nuno Serra (*doc.13*); o Senhor César Craveiro (*doc.14*); o Senhor Dr. Marco Gabriel (*doc.15*); o Senhor Prof. Doutor João Correia (*doc.16*); o Senhor Dr. Paulo Tourais (*doc.17*), o Senhor Prof. Reis Silva (*doc.18*); o Senhor Dr. David Silva referiu que, como vem plasmado neste Orçamento, há uma intenção clara da Câmara Municipal da Covilhã em trabalhar em equipa com as Juntas de Freguesia. Pelo que, apesar do Executivo do Tortosendo ainda não estar a funcionar, não podia deixar de o aprovar; a Senhora Prof. Doutora Sandra Soares (*doc.19*); o Senhor Dr. João Bernardo referiu que este Orçamento foi feito com a promessa fácil de dar aos Presidentes Junta de Freguesia aquilo que eles queriam e o Senhor Presidente da Câmara Municipal prestou esclarecimentos com uma apresentação em PowerPoint. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Orçamento para 2014, Grandes Opções do Plano, Plano Plurianual de Investime Plano de Actividades Municipais, Mapas de Pessoal, actualização da Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas do Município, e Autorização Prévia no ito da Lei dos Compromissos*, foi a mesma aprovada por maioria, com 29 votos a favor (PS e Presidentes de Junta de Freguesia), 3 votos contra (PCP) e 8 abstenções (ACREDITAR e PSD). -----

2.3 - NOMEAÇÃO DE JÚRI PARA PROCEDIMENTOS CONCURSAIS PARA PROVIMENTO DE CARGOS DIRIGENTES

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de Dezembro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 13.º, da Lei 49/2012, de 28 de Agosto, que aplica à Administração Local o Estatuto de Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, através do ofício n.º 5531 de 2013.12.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Nomeação de Júri para Procedimentos Concurrais para Provimento de Cargos Dirigentes*, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

2.4 - ABERTURA DE CONCURSOS DE PESSOAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 11 de Dezembro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 66.º, da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, através do ofício n.º 5530 de 2013.12.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – *Abertura de Concursos de Pessoal*, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

2.5 - CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de Dezembro de 2013, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, através do ofício n.º 5533 de 2013.12.12 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - *Contratos de Delegação de Competências nas Freguesias: Aldeia de S. Francisco de Assis; Dominguis o; Peraboa e Unhais da Serra* - foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

2.6 - ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

--- Na sequência do ofício DEASS/1661, de 2013.11.15, da Câmara Municipal da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foram presentes à Mesa, duas propostas, pelo Grupo Parlamentar do Movimento Acreditar Covilhã - **Lis ta “A”** e pelo Grupo Parlamentar do PS - **Lis ta “B”**:

Lis ta “A” – Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Sobral de S. Miguel

Lis ta “B” – Pedro Nuno Cunha Leitão, Presidente da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho

- Submetidas, de seguida, as candidaturas a sufrágio, por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado:

- Número de votantes	38
- Número de votos atribuídos à lis ta “A”	15
- Número de votos atribuídos à lis ta “B”	20
- Número de votos em branco	03

--- Face ao resultado obtido, a Assembleia Municipal da Covilhã elegeu como representante o **Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão**, Presidente da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Senhor Dr. José Augusto J. Duarte colocou questões (*doc.20*). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que quando iniciou funções, na Câmara Municipal, já todo o processo da Barragem estava em curso e com o financiamento garantido. O Banco Europeu de Investimento e a União Europeia participam esta obra, pelo que são fundos comunitários que não podem perder e vão tentar que assim seja.

Informou que, neste momento, estão com uma providência cautelar interposta pelos herdeiros dos terrenos, os prazos estão a ficar apertados, mas que estão a envidar esforços para cumprir e defender os interesses das Populações. -----

--- O Senhor João José Sousa Corona colocou questões (*doc.21*). -----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta problemática não está esquecida e está a ser tratada, faz parte do pacote dos contratos que estão a ser auditados. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram vinte horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,